GEOLOCALIZAÇÃO: UMA ANÁLISE DO PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO FRENTE AO CERCEAMENTO DE DEFESA, SOB A ÓTICA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª. REGIÃO

GEOLOCATION: AN ANALYSIS OF THE PRINCIPLE OF FREE MOTIVATED CONVICTION IN THE FACE OF DEFENSE RESTRICTION, FROM THE PERSPECTIVE OF THE REGIONAL LABOR COURT OF THE 2ND REGION

Aurélio Miguel Bowens da Silva
Luiz Eduardo Gunther
Natalie Bianca Marchi Avancini
Marco Antônio César Villatore

Aurélio Miguel Bowens da Silva

Mestre em Direito Empresarial e Cidadania pela Faculdade de Direito do Centro Universitário Curitiba - UNICURITIBA. cursou especialização – MBA em Direito da Economia e da Empresa na FVG/Rio. . Desde 2003 é advogado autônomo e desde 2007 é sócio do escritório Aurélio Miguel & Novais Advogados Associados. E-mail: aurelio@amnadvogados.com.br.

Luiz Eduardo Gunther

Pós-Doutor em Direito pela PUCPR (2015). Doutor em Direito pela Universidade Federal do Paraná (2003). Mestre em Direito pela Universidade Federal do Paraná (2000). Desembargador no Tribunal Regional do Trabalho da 9ª. Região. Professor Permanente do Programa de Mestrado em Direito Empresarial e Cidadania do Centro Universitário Curitiba – UNICURITIBA. E-mail: luiz.gunther@uol.com.br.

Natalie Bianca Marchi Avancini

Especialista em Direito e Processo do Trabalho pela Instituição Damásio de Jesus. Especialista em Lei Geral de Proteção de Dados pela Faculdade Legale. No período de 2009 a 2013, atuou como contabilista. Desde 2015 é advogada atuante na área trabalhista e desde 2019 é sócia do escritório Aurélio Miguel & Novais Advogados Associados. E-mail: natalie@amnadvogados.com.br.

Marco Antônio César Villatore

Pós-Doutor em Direito pela UNIROMA II, “Tor Vergata” (2014). Doutor em Direito pela UNIROMA I, “Sapienza” (2001). Mestre em Direito pela PUCSP (1996). Advogado. Professor Permanente da Graduação e do Programa de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. E-mail: marco.villatore@ufsc.br.

RESUMO

O presente artigo analisa o tratamento conferido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª. Região (TRT-2) ao uso da geolocalização como meio probatório no processo do trabalho, com base nas decisões proferidas no período de 07 de janeiro de 2023 a 06 de dezembro de 2024, colhidas mediante pesquisa no site do Tribunal. A partir da observação da jurisprudência, questiona-se a quem cabe determinar as diligências necessárias à Instrução Processual e quais os poderes instrutórios do Magistrado. Também é objeto deste estudo a análise da recusa quanto às provas inúteis ou protelatórias, sob o ponto de vista da jurisprudência colhida, bem como a colisão entre o princípio do livre convencimento motivado e o cerceamento do direito de defesa. Em suma, a pesquisa investiga as tensões entre o direito de defesa e princípio da persuasão racional do Magistrado, considerando aspectos como a competência para determinar diligências instrutórias, os limites à admissibilidade de provas e os dispositivos legais aplicáveis, especialmente os artigos 765 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e 370 e 371 do Código de Processo Civil (CPC).

Palavras-chave: TRT-2, geolocalização, provas no Processo do Trabalho, diligências, livre convencimento motivado, ampla defesa, Direito Processual Civil, cerceamento de defesa, fundamentação.

SUMMARY

This article analyzes the treatment given by the Regional Labor Court of the 2nd Region (TRT-2) to the use of geolocation as a means of evidence in labor proceedings, based on decisions issued between January 7, 2023 and December 6, 2024, collected through research on the Court's website. Based on the observation of case law, the question is who is responsible for determining the necessary steps for the procedural investigation and what are the judge's powers of investigation. This study also analyzes the refusal regarding useless or delaying evidence, from the point of view of the case law collected, as well as the conflict between the principle of free reasoned conviction and the restriction of the right of defense. In short, the research investigates the tensions between the right of defense and the principle of rational persuasion of the Judge, considering aspects such as the competence to determine investigative diligences, the limits to the admissibility of evidence and the applicable legal provisions, especially articles 765 of the Consolidation of Labor Laws (CLT), and 370 and 371 of the Code of Civil Procedure (CPC).

Keywords: TRT-2, geolocation, evidence in Labor Proceedings, due diligence, free reasoned conviction, broad defense, Civil Procedural Law, restriction of defense, justification.

1. INTRODUÇÃO

O avanço tecnológico trouxe desafios para a prática do Direito, especialmente na seara trabalhista, onde a utilização de ferramentas como a geolocalização desperta controvérsias acerca de sua admissibilidade e eficácia como meio de prova.

O Tribunal Regional do Trabalho da 2ª. Região (TRT-2), reconhecido por sua densidade processual, tem enfrentado essas questões, demandando reflexão sobre os limites do Poder Instrutório do Magistrado e o respeito aos Princípios Constitucionais e Processuais que permeiam a Instrução Probatória, em especial, a Ampla Defesa e o Contraditório.

O posicionamento jurisprudencial objeto deste estudo, foi obtido no site de TRT-2, a partir do campo “Jurisprudência”. Em seguida se selecionou a opção “Pesquisa – Nova Pesquisa Jurisprudencial”. No campo de pesquisa livre foi utilizada a expressão “geolocalização” com aspas, deixando marcado no campo “Documentos” a palavra “Acórdão”, selecionado como filtros de classe judicial “Recurso Ordinário – Rito Sumaríssimo” e “Recurso Ordinário Trabalhista” e, por fim, inserida a data de Início (07/01/2023) e Fim (06/12/2024) no campo “Data de Assinatura – Início”.

Com os critérios de pesquisa adotados, localizou-se 25 (vinte e cinco) decisões no TRT-2, dentre as quais observou-se que o uso da geolocalização como meio de prova, estabelece um paralelo com o princípio do livre convencimento motivado do magistrado.

O objetivo deste artigo é analisar como o TRT-2 tem tratado o uso da geolocalização como meio de prova nos processos sob sua jurisdição, considerando a atribuição para determinar diligências instrutórias, as configurações estabelecidas pelo artigo 765 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a prerrogativa do Magistrado de rejeitar provas inúteis ou protelatórias, conforme disposições do artigo 370 do Código de Processo Civil (CPC) e o embate entre o cerceamento de defesa e o princípio do livre convencimento motivado.

2. ATRIBUIÇÕES DO MAGISTRADO NA CONDUÇÃO DA INSTRUÇÃO PROBATÓRIA

No Processo Trabalhista, prevalece o princípio da busca pela verdade real, que confere ao magistrado amplos poderes para conduzir a instrução probatória. Trata-se de verdadeiro pilar Processual, que fundamenta o livre convencimento motivado e auxilia o Poder Judiciário a entregar uma prestação jurisdicional justa.

A análise das atribuições do Magistrado é marcada pela ampla liberdade na direção do processo, podendo determinar as diligências necessárias para esclarecimentos, em observância ao princípio do livre convencimento motivado, também chamado por alguns doutrinadores como princípio da persuasão racional do Magistrado.

Neste sentido, dispõe o artigo 765 da CLT:

Os Juízos e Tribunais do Trabalho terão ampla liberdade na direção do processo e velarão pelo andamento rápido das causas, podendo determinar qualquer diligência necessária ao esclarecimento delas.

Este dispositivo legal coloca o Magistrado como protagonista na determinação de diligências, conferindo ampla discricionariedade ao magistrado, que deve pautar-se na busca pela verdade, com o respeito ao contraditório e à ampla defesa insculpidos no artigo 5º., LV da Constituição de 1988, sem deixar de lado a celeridade processual almejada pelo jurisdicionado, assegurada constitucionalmente pelo artigo 5º., LXXVIII.

O Magistrado deve justificar adequadamente a sua atuação na condução do processo, especialmente quando o objeto da diligência envolver questões sensíveis, como a privacidade do trabalhador.

Sob este aspecto, Humberto Theodoro Júnior (2014) destaca que o poder de direção do Processo é uma autoridade do Magistrado, sem que isso implique na condução da instrução processual de maneira autoritária:

O juiz exerce a autoridade no comando do processo, mas não o conduz de maneira autoritária. Comporta-se sob a regência dos preceitos da lei e só decide depois de amplo debate em torno dos fatos e fundamentos jurídicos propostos pelas partes. Em torno das provas, o juiz formará seu livre convencimento, mas ficará sempre restrito àquilo que se argumentou e provou nos autos, para afinal proferir um julgamento cujos fundamentos racionais e jurídicos terão de ser explicitados na sentença.

A utilização da geolocalização, quando solicitada como meio de prova, tem levantado debates sobre a extensão desses poderes do magistrado. O TRT-2, em sua jurisprudência, vem reforçando que a autorização para a obtenção de dados de geolocalização deve observar o princípio da proporcionalidade, evitando que a busca pela verdade real viole direitos e garantias fundamentais, notadamente os direitos de personalidade.

Em alguns casos, a corte entende que a iniciativa quanto à utilização da prova de geolocalização deve partir do Magistrado de Primeiro Grau, especialmente quando se mostrar essencial para confirmar ou refutar alegações, como jornadas extenuantes de trabalho ou a prestação de serviços externos.

De um modo geral, foi dada atenção especial ao poder discricionário do Magistrado, para conduzir o Processo e decidir quais provas são necessárias para a formação do seu convencimento e julgamento do mérito, prestigiando, portanto, o Princípio do Livre Convencimento Motivado, da Razoabilidade e da Celeridade Processual.

3. A RECUSA DE PROVAS CONSIDERADAS INÚTEIS OU PROTELATÓRIAS

O sistema Processual Civil, por meio do *caput* do artigo 370 do CPC, dispõe que cabe ao Magistrado, de ofício ou a requerimento das partes, determinar as provas necessárias ao julgamento de mérito.

Essa liberdade foi conferida ao Magistrado, porque a finalidade primordial da prova é justamente a formação do convencimento do Juízo, para que resulte em uma Decisão de mérito devidamente fundamentada e o mais justa possível, considerando-se o Princípio da busca pela Verdade Real.

Ao referir a expressão “a requerimento das partes” no artigo 370 do CPC, em continuidade ao texto do artigo 369 do CPC, o legislador conferiu participação ao Reclamante e à Reclamada, mediante ao que se denomina ampla defesa e contraditório, garantido pelo artigo 5º., V da Constituição de 1988, com a possibilidade de alegar, provar, participar da produção da prova e falar sobre o seu resultado, com o intuito de influir sobre o convencimento do magistrado (MARINONI, 2020).

O livre convencimento motivado permite ao Juízo o indeferimento de provas inadmissíveis, inúteis e protelatórias.

As provas inadmissíveis são aquelas que violam normas legais ou constitucionais, ou que possuem vício na forma ou no conteúdo.

Já as diligências inúteis ou meramente protelatórias são aquelas que não possuem relevância para o caso em concreto, que são repetitivas ou, ainda, que são desnecessárias diante das provas já produzidas.

O poder do Magistrado de indeferir provas consideradas inúteis ou meramente protelatórias encontra respaldo no parágrafo único do artigo 370 do CPC, que assegura ao Magistrado a condução da instrução com base na necessidade de esclarecimento dos fatos, vejamos: “art. 370 [...] Parágrafo único. O Juiz indeferirá, em decisão fundamentada, as diligências inúteis ou meramente protelatórias”.

Este dispositivo reforça o papel do Magistrado na condução do processo, atribuindo-lhe a competência de decidir sobre a pertinência das provas. Se, de um lado, o Magistrado tem ampla liberdade na condução e avaliação das provas pertinentes, de outro, essa liberdade não é absoluta, havendo a necessidade de expor a motivação, como base do Estado Democrático de Direito (PEREIRA, 2017).

No TRT-2, esse poder de indeferir provas consideradas inúteis ou meramente protelatórias tem sido exercido com atenção à razoabilidade, especialmente quando a prova de geolocalização envolve o fornecimento de dados privados, exigindo um juízo equilibrado entre a necessidade probatória e o respeito à privacidade do trabalhador.

É por isso que este poder deve ser exercido de forma fundamentada, conforme dispõe o artigo 371 do CPC: “o juiz apreciará a prova constante dos autos, independentemente do sujeito que a tiver promovido, e indicará na decisão as razões da formação de seu convencimento”.

Neste sentido, a Constituição de 1988, por meio do artigo 93, IX, dispõe sobre a necessidade de fundamentação de todas as decisões, sob pena de nulidade:

IX todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação;

Já o artigo 489, § 1º. do CPC, relaciona as hipóteses em que não se considera fundamentada uma decisão:

Art. 489. São elementos essenciais da sentença:

[...]

§ 1º. Não se considera fundamentada qualquer decisão judicial, seja ela

interlocutória, sentença ou acórdão, que:

I - se limitar à indicação, à reprodução ou à paráfrase de ato normativo, sem explicar sua relação com a causa ou a questão decidida;

II - empregar conceitos jurídicos indeterminados, sem explicar o motivo concreto de sua incidência no caso;

III - invocar motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão;

IV - não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador;

V - se limitar a invocar precedente ou enunciado de súmula, sem identificar seus fundamentos determinantes nem demonstrar que o caso sob julgamento se ajusta àqueles fundamentos;

VI - deixar de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, sem demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento.

Ainda sobre a necessidade de fundamentação das razões que formaram o livre convencimento do Juízo, Humberto Theodoro Júnior (2014) destaca que:

Por isso, o juiz ao sentenciar deve formar seu convencimento livremente, valorando os elementos de prova segundo critérios lógicos e dando a fundamentação de seu decisório.

Não quer dizer que o juiz possa ser arbitrário, pois a finalidade do processo é a justa composição do litígio e esta só pode ser alcançada quando se baseie na verdade real ou material, e não na presumida por prévios padrões de avaliação dos elementos probatórios.

A liberdade de convencimento, [...] fica limitada ao juiz, para garantia das partes, em dois sentidos:

a) sua conclusão deverá basear-se apenas nos “fatos e circunstâncias constantes dos autos”; e b) a sentença necessariamente deverá conter “os motivos que lhe formaram o convencimento”.

A jurisprudência do TRT-2 tem demonstrado um cuidado crescente na análise da utilidade da geolocalização. Decisões recentes indicam que o Tribunal Paulista recusa tais provas em algumas situações, entre elas: (i) quando os dados não têm potencial probatório direto; (ii) quando outras provas já são suficientes para formar o convencimento do Juízo; ou (iii) quando há indícios de que a prova visa retardar o andamento processual.

Por outro lado, há casos em que a geolocalização foi admitida, especialmente em contextos de controvérsias sobre deslocamento e controle de jornada.

4. CERCEAMENTO DE DEFESA E O PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO

O contraditório e a ampla defesa são princípios fundamentais do Processo Judicial, garantidos pelo artigo 5º., LV da Constituição de 1988 e consagrados em diversos Tratados Internacionais, e têm como objetivo garantir a igualdade entre as partes, a imparcialidade do julgador e a busca pela verdade real.

Como meio de exercer a ampla defesa, o artigo 369 do CPC concede às partes ampla gama de meios para produção de provas, de modo que o seu indeferimento pode ensejar nulidade por cerceamento de defesa:

Art. 369. As partes têm o direito de empregar todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, ainda que não especificados neste Código, para provar a verdade dos fatos em que se funda o pedido ou a defesa e influir eficazmente na convicção do juiz.

O cerceamento de defesa ocorre quando uma parte está impedida de exercer plenamente o seu direito de defesa, como, por exemplo, no indeferimento de uma prova pretendida. De outro lado, é bom ressaltar que o indeferimento de provas, por si só, não configura o cerceamento de defesa.

A análise do princípio do livre convencimento motivado frente aos direitos fundamentais de ampla defesa e contraditório, exige um equilíbrio delicado, sob pena de se caracterizar nulidade processual por cerceamento do direito de defesa do jurisdicionado.

Consagrado no artigo 371 do CPC, o princípio do livre convencimento motivado confere ao magistrado a liberdade de determinar as diligências necessárias e as valorar, desde que de forma fundamentada. Essa liberdade, no entanto, não é absoluta e deve ser exercida com prudência, responsabilidade e razoabilidade.

Este princípio tem sido constantemente invocado pelo TRT-2 para justificar Decisões relativas à admissibilidade ou rejeição da geolocalização como meio de prova.

O indeferimento de diligências que envolvem a geolocalização pode ser interpretado como cerceamento do direito de defesa, caso a parte interessada demonstre a imprescindibilidade da prova.

As particularidades do caso em concreto também devem ser levadas em consideração para avaliar a admissão da geolocalização. Alguns casos demandam grande dificuldade na produção probatória, à exemplo do trabalho doméstico, exercido no âmbito residencial, dificultando a produção de prova testemunhal.

Nesse sentido, o TRT-2 enfrenta o desafio de equilibrar o princípio do livre convencimento motivado com a garantia de um processo justo, considerando a natureza peculiar da relação de trabalho.

A aparente contradição entre os princípios reside no fato de que, por um lado, o Magistrado possui ampla liberdade para formar seu convencimento, enquanto, por outro, a parte tem o direito de produzir todas as provas permitidas para exercício de sua defesa. O questionamento que se faz é até que ponto o magistrado pode indeferir provas requeridas pelas partes, sob pena de violar o direito à ampla defesa?

Nesta linha, destaca-se fundamentação apresentada pela 2ª. Turma do TRT-2, no acórdão proferido nos autos 1001214-16.2020.5.02.0070 (ROT), de Relatoria da Desembargadora Marta Casadei Momezzo, para rechaçar a alegação de nulidade por cerceamento do direito de defesa, com fundamento no princípio do livre convencimento motivado do Juízo:

DA NULIDADE POR CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA

Suscita o banco reclamado preliminar de nulidade do r. julgado de origem por cerceamento do direito de defesa ao argumento do indeferimento de produção de prova considerada essencial ao julgamento da lide.

Melhor sorte não acompanha o réu.

Inicialmente, impende assinalar que a verificação da essencialidade da prova muitas vezes está intrinsecamente vinculada à análise do mérito da demanda, ocasião em que se verifica, no plano fático, a pertinência da diligência perseguida.

No caso em apreço, rebela-se à ré quanto ao indeferimento do pedido de expedição de ofícios para obtenção da geolocalização autoral em determinado momento e contexto do contrato de trabalho, tendo o MM. Julgador de origem entendido pela impertinência da diligência, diante do quadro fático já delineado e, no seu entender, suficiente ao julgamento da ação.

Nesse contexto, ainda que tenha o MM. Magistrado a quo proferido a r. decisão originária contrária aos interesses da parte, nem por isso pode-se caracterizar o cerceamento de defesa, por força de todas as provas colacionadas aos autos e hábeis a solucionar a controvérsia diante do entendimento judicial já firmado.

Ademais, não se pode olvidar que as provas são direcionadas ao convencimento do Julgador e, se este se encontra apto a dirimir a disceptação, pouca importância tem o fato de a parte buscar novas provas que se revelaram desnecessárias.

Reprise-se. O indeferimento do pedido de expedição de ofício almejado não configura cerceamento de defesa quando o MM. Juiz - a quem

cabe determinar as diligências necessárias à instrução do processo, nos termos do artigo 765 da CLT, rechaçando aquelas que considera inúteis ou meramente protelatórias - já se convencera por outras provas embasadoras da r. sentença proferida, fazendo-o com amparo nos preceitos esculpido no artigo 370 e parágrafo único do CPC.

Assim, ainda que oportunos os protestos formulados em audiência, não há que se falar em cerceamento do direito de defesa, porque o MM. Magistrado atuou de acordo com o princípio do livre convencimento motivado ou da persuasão racional, esculpido no artigo 371 do CPC.

Por corolário, à minguada de elemento jurídico hábil à reforma do procedimento instrutório levado a efeito pelo MM. Julgador originário, rejeita-se a preliminar de nulidade invocada.

O TRT-2 destacou em um primeiro momento, a essencialidade da prova para que ela seja admitida. No caso em tela, a diligência requerida pela Reclamada recorrente era impertinente, porque o quadro fático delineado, no entender do Juízo, já era suficiente para o julgamento da demanda, visto que as provas colacionadas aos autos já solucionavam a controvérsia.

O Regional ponderou, ainda, que as provas produzidas são direcionadas ao convencimento do julgador, tratando-se, portanto, de finalidade primordial. Se já atingida com as provas constantes dos autos, desnecessárias são as diligências adicionalmente requeridas pelas partes.

Em suma, o TRT Paulista salienta que, se o Juízo já se convenceu com base no quadro fático-probatório delineado nos autos, novas provas requeridas podem ser indeferidas, por serem inúteis e protelatórias. Com base no artigo 370, parágrafo único do CPC, nesta hipótese, não há o que se falar em cerceamento do direito de defesa.

Este cerceamento de defesa apenas se configuraria nas hipóteses em que a prova pretendida pela parte e indeferida pelo Juízo, não se mostra inútil ou protelatória, mas sim, essencial e imprescindível para o convencimento do magistrado.

5. CONCLUSÃO

A análise da jurisprudência do TRT-2 revela que a utilização da geolocalização como meio de prova ainda é um tema controverso, demandando maior uniformidade em sua aplicação.

O artigo 765 da CLT e os artigos 370 e 371 do CPC, conferem ao Magistrado poderes amplos na condução do processo, mas esses poderes devem ser exercidos com cautela, respeitando os direitos e garantias fundamentais das partes, em especial, a ampla defesa e o contraditório.

O equilíbrio entre o cerceamento do direito de defesa e o livre convencimento motivado permanece como um dos grandes desafios do TRT-2, especialmente em razão das inovações tecnológicas.

Assim, conclui-se que a admissão ou a rejeição de provas digitais como a geolocalização deve ser sempre orientada pelos princípios da proporcionalidade, razoabilidade e fundamentação das Decisões Judiciais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto-lei nº. 5.452, de 1º. de maio de 1943.** Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em 8 dez. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 14 dez. 2024.

BRASIL. **Lei nº. 13.105, de 16 de março de 2016.** Código de Processo Civil, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm. Acesso em 14 dez. 2024.

MARINONI, Luiz Guilherme. ARENHART, Sergio Cruz. MITIDIERO, Daniel. **Manual do Processo Civil.** 5. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2020.

PEREIRA, Leone. **Manual do Processo do Trabalho.** 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

SÃO PAULO. TRT2. **Pesquisa no Sistema de Jurisprudência.** Disponível em: <https://pje.trt2.jus.br/jurisprudencia/>. Acesso em 8 dez. 2024.

SÃO PAULO, TRT2, Segunda Turma, **Acórdão: 1001214-16.2020.5.02.0070**, Relatora Marta Casadei Momezzo, Data de Julgamento: 28.06.2023. Disponível em: <https://pje.trt2.jus.br/consultaprocessual/detalhe-processo/1001214-16.2020.5.02.0070/2#677aaf0>. Acesso em: 14 dez. 2024.

THEODORO JUNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil – Teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento.** Vol. I. 55. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.